

A VISÃO DE MATTOSO CÂMARA SOBRE A FILOLOGIA³

José Pereira da Silva (UERJ)

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar alguns textos de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, a partir dos quais fique bastante clara a idéia que esse grande lingüista brasileiro tinha a respeito da Filologia.

Preocupados com o *status* em que se encontram os estudos filológicos na visão dos organizadores das áreas de conhecimento do CNPq e de outros órgãos de ensino e pesquisa no Brasil, os filólogos brasileiros estão se reunindo periodicamente para discutir uma definição de política acadêmica para conseguirem a inclusão de “Filologia” como uma área, subárea ou especialidade do conhecimento naquele quadro do CNPq e das demais agências de fomento à pesquisa e de ensino superior. Por isto, publicam-se aqui alguns trechos da obra do mais conceituado lingüista brasileiro falecido, extraídos de algumas de suas mais importantes obras, tais como o *Dicionário de Lingüística e Gramática*, os *Dispersos*, a *História da Lingüística* e os *Princípios de Lingüística Geral*.

Segundo o Prof. Joaquim Mattoso Câmara Júnior (CÂMARA JR., 1986, 117),

Filologia é um helenismo que significa literalmente “amor à ciência”, usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto, portanto, da Lingüística. Há, porém, um sentido mais lato para Filologia, muito generalizado em português; assim Leite de Vasconcelos entende por Filologia portuguesa “o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e em verso, que servem para a documentar” (VASCONCELOS, 1926, 9)⁴,

³ Publicado pela primeira vez em 2000, na *Revista Philologus*, como “Filologia é o estudo da língua na literatura: A visão de J. Mattoso Câmara Jr.”. Em 2003, este trabalho saiu em *América Latina y lo Clásico*, tomo II, p. 620-629, da Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación (Santiago de Chile), patrocinada pela UNESCO. Nesta edição, modificado apenas no título, é uma homenagem a Mattoso Câmara pela passagem do seu centenário.

⁴ Na 3ª edição (p. 9), Leite de Vasconcelos melhora a redação desta definição, dizendo ser a “FILOLOGIA PORTUGUESA o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

o que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes.

A Filologia “pressupõe uma língua culta e uma língua escrita”, diz Mattoso no verbete “Lingüística” de seu *Dicionário de Lingüística e Gramática*.

Em seus *Princípios de Lingüística Geral* (p. 284), Mattoso lembra:

Em princípio, a língua literária fixa-se na imitação de certos modelos, e algumas vezes na de modelos estrangeiros, como os franceses atualmente entre nós, ou os gregos na Roma de Augusto. Além disso, apresenta convenções próprias e apóia-se em sobrevivências de fases anteriores da língua. “É sempre de um sistema lingüístico anterior a ele que ele deve partir”, diz, do poeta em geral, Vandryes. (VANDRYES, 1933, 43)

Por isso, o estudo da língua da literatura constitui uma exegese a que se chama Filologia e que convém manter, na conceituação e na nomenclatura, bem distinta da Lingüística, ao contrário do que se faz às vezes.

LINGÜÍSTICA OU FILOLOGIA?

A confusão entre as definições de Lingüística e Filologia começa com Max Müller, o primeiro lingüista que escreve e ensina em muitos outros países europeus e inaugura, na Universidade de Oxford, o estudo da Lingüística sob o nome de Filologia Comparada, ensina Mattoso:

Dessa forma, a cuidadosa distinção, feita por Schleicher, entre lingüística e filologia foi posta de lado e o uso inglês teve início tomando filologia como sinônimo de lingüística. A confusão ficou no ar a partir do momento em que a filologia clássica aceitou a abordagem lingüística. Ademais, como já vimos, os primeiros lingüistas comparativos eram também filólogos sanscritistas e a gramática comparativa, referindo-se às línguas mortas, dependia da interpretação dos textos escritos. Por todas estas razões, uma nítida separação entre filologia e lingüística não foi rigorosamente mantida, mesmo na Alemanha, apesar da atitude de Schleicher.

Max Müller era um orientalista muito competente no sentido mais amplo do termo. Era também filólogo sanscritista. Seu primeiro trabalho

no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua”.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

na Inglaterra foi a edição crítica do *Rig-Veda*, a parte dos *Vedas* contendo os mais antigos e os mais genuínos hinos religiosos do Índico. (CÂMARA JR., 1986-a, 56)

A FILOLOGIA NA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA

Na *História da Lingüística*, Joaquim Mattoso Câmara Júnior lembra que, em oposição ao *estudo do certo e errado e o estudo da língua estrangeira*, em que consideramos o estímulo proveniente de uma diferença lingüística contemporânea, podemos também considerar a diferença em que a fala atual é comparada com as formas lingüísticas escritas do passado:

Há a necessidade de compreender-se textos antigos cuja língua é obsoleta. Esta necessidade dá lugar a um novo tipo de comparação – a da linguagem do passado com a do presente.

Em qualquer estado complexo, com tradição governamental, esta necessidade está viva e operante. Mas ela se faz mais agudamente sentida nos domínios da literatura. A literatura é uma atividade da linguagem na qual a língua entra com o seu próprio risco, ao lado da intenção comunicativa. Isto leva, naturalmente, a se encarar a língua de um modo mais consciente do que no caso das outras atividades da linguagem. Esta situação se torna mais profunda quando nos deparamos com textos literários do passado. Devemos compreender os traços lingüísticos obsoletos a fim de captar a mensagem artística. Um estudo da linguagem desses textos torna-se, então, imperativo.

Temos, então, um terceiro fator para o estudo da linguagem. Este tipo de estudo tem sido chamado de filologia a partir dos gregos e, aqui, manteremos o termo. Chamaremos, então, este terceiro tipo de estudo da linguagem de *O Estudo Filológico da Linguagem*. (CÂMARA JR., 1986-a, 10-11)

No mesmo capítulo, ainda acrescenta Mattoso Câmara, em tom explicativo:

Na filologia os homens estão cômicos de um contraste entre os traços lingüísticos do presente. O contraste é, porém, visto de um modo estético. “A” é conhecido como diferente de “B” mas “A” não é visto como a causa de “B” ou “B” como consequência de “A”. Não são imaginados como pontos relacionados numa linha de desenvolvimento. A lacuna entre o conceito filológico e a concepção da linguagem está claramente ilustrada quando confrontamos aquilo que a filologia grega chamou de *metaplasmo* com a idéia de alternância sonora, elaborada pela lingüística moderna. (CÂMARA JR., 1986-a, 12)

Diz Mattoso Câmara que, na Antigüidade, o estudo da linguagem foi totalmente desenvolvido na Índia e na Grécia, prevalecendo na Índia o aspecto ‘filológico’ da linguagem e a preocupação com a compreensão correta dos antigos textos religiosos dos *Vedas*. (CÂMARA JR., 1986-a, 15)

O *Nirukta* (Explicação) é o mais antigo tratado sobre a linguagem preservado até hoje, na Índia. É, na realidade, uma explicação das palavras do *Rigveda* que já se haviam tornado obscuras quatro séculos antes de Cristo. E foi a orientação filológica que estimulou a composição das *Kosas* para o sânscrito clássico, correspondentes aos nossos dicionários, tais como o *Amarakosa* ou dicionário de *Amera*, seis séculos antes de Cristo. (CÂMARA JR., 1986-a, 16)

É também Mattoso Câmara Júnior quem informa:

A filologia é a grande tarefa do estudo da linguagem durante o período helenístico em Alexandria. Seu objetivo principal foi a explicação dos textos dos antigos poetas, principalmente Homero. Como a antiga literatura grega usava dialetos locais e velhas formas do discurso que tinha se tornado obsoletas em face da expansão do dialeto ático como língua comum a toda a Grécia (χοινη), os filólogos alexandrinos eram levados a estudar as antigas fases da língua e os traços distintivos dos dialetos gregos. Assim, em um dicionário de Hesíquio, que viveu provavelmente no século V de nossa era, encontramos não somente palavras áticas mas, também, vocábulos de outros dialetos gregos, do latim e, mesmo, de muitas línguas ‘não clássicas’, tais como o egípcio, o acadiano, o lídio, o persa, o frígio, o fenício, o cita e o parto. Vemos, assim, o início do estudo ‘de língua estrangeira’ como consequência do estudo ‘filológico’.

Os principais filólogos do período alexandrino foram Zenódoto (no século IV ou III a.C.); Aristarco, famoso como intérprete de Homero; e Apolônio Díscolo.

O estudo filológico misturava-se, naturalmente, com as asserções gramaticais de caráter normativo e com pontos de vista filosóficos [...] (CÂMARA JR., 1986-a, 19)

Joaquim Mattoso Câmara Júnior, na sua *História da Linguística*, p. 36-37, apresenta-nos as seguintes informações, relativas à filologia clássica e à filologia sânscrita principalmente, que se desenvolveram no século XIX:

August Schlegel, irmão de Friedrich Schlegel, foi professor de sânscrito na Universidade de Bonn. Ele e seu discípulo, o norueguês Christian Lassen, foram os fundadores da filologia sânscrita na Europa. Assim se criou o estudo filológico do sânscrito. Os *Vedas*, antigos hinos religio-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

dos do povo hindu, o *Mahabharata* e o *Ramayana*, tradicionais epopéias, as obras dramáticas da literatura hindu e os tratados filosóficos e religiosos do Bramanismo e do Budismo passaram a ser comentados e debatidos do mesmo modo que a filologia clássica procedia em relação a Homero e aos grandes autores antigos da Grécia e de Roma.

A partir de então, durante o século XIX, se desenvolveu com intensidade o estudo filológico do sânscrito. Podemos citar entre os sanscritistas do século XIX Niels Westergaard, Theodor Benteley, Otto Bohtling e Gudolf Roth, estes dois últimos autores de um dicionário do sânscrito em 7 volumes, bem como o francês Eugène Burnouf.

Alguns desses mestres também se dedicaram ao estudo filológico das línguas da Pérsia antiga. O pioneiro foi aqui um viajante francês, Anguétel du Perron, no século XVIII, que viveu muito tempo entre os Parsis, aderentes de Zoroastro, que tinham se refugiado na Índia durante o domínio maometano da Pérsia. Ramus Ras revelou um grande interesse pela língua do *Avesta*, o livro sagrado da Pérsia antiga. Na interpretação dessa obra, salientaram-se Burnouf, Westergaard e o alemão Christian Bartholomae, cujo dicionário dá uma interpretação cabal do texto persa.

Ao mesmo tempo continuava a filosofia greco-latina, iniciada na Renascença. No século XIX essa filologia clássica fez um grande progresso na crítica dos textos, isto é, no método de comparar os diferentes manuscritos gregos e latinos de uma obra dada para descobrir interpretações, omissões e erros de copistas. Mas o principal avanço na filologia da época foi feito pelo mestre alemão Georg Curtius, que nos meados do século XIX associou a filologia grega com a lingüística histórico-comparativa (textos em Arens, 1955, 242-251). Para o latim uma nova orientação coube ao dinamarquês J. Madvig. Pode-se dizer, portanto, que no século XIX o estudo “pré-lingüístico” da filologia foi ligado ao domínio da lingüística propriamente dita, ficando como um ramo especialização dessa ciência.

O estudo filológico também se estendeu às línguas medievais da Europa, o que decorreu principalmente da importância que o romantismo dava à Idade Média e a todos os seus aspectos culturais.

Até o aparecimento de Augusto Schleicher, com a pretensão de colocar a lingüística no âmbito das ciências da Natureza, ela estava mais ou menos interligada à filologia, visto que todos os estudos lingüísticos se baseavam nos textos, que eram editados, interpretados e desenvolvidos.

Escreve J. Mattoso Câmara Júnior:

Vimos que Bopp era um mestre na filologia do sânscrito e assim foram os indo-europeístas que o seguiram. Grimm, da mesma forma, foi um dos mais competentes filólogos germânicos. Mesmo a filologia clás-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

sica, que se concentrava em torno do grego e do latim, que a princípio se mantivera à parte em relação à lingüística, estava com esta envolvida em consequência da atitude de Georg Curtius e outros estudiosos de menor importância, os quais eram tanto lingüistas como filólogos clássicos.

Schleicher, ao contrário, intitulava-se apenas um lingüista e reclamava para esta ciência o lugar de ciência natural, oposta à filologia, que via como um ramo da história. (CÂMARA JR., 1986-a, 50-51)

A LÍNGUA: OBJETO DE ESTUDO DA FILOLOGIA

Apesar de parecer óbvio o que é língua, é válida a apresentação do conceito de Mattoso Câmara sobre o assunto.

Entendendo que língua é o sistema de sons vocais pelos quais se processa o uso da linguagem numa comunidade humana, escreve:

Como sistema de linguagem, a língua compreende uma organização de sons vocais específicos, ou fonemas, com que se constroem as formas lingüísticas, e uma língua se distingue de outra pelo sistema de fonemas e pelo sistema de formas, bem como pelos padrões frasais, em que essas formas se ordenam na comunicação lingüística ou frase. Da estrutura específica de cada língua resulta a falta de inteligibilidade entre homens de línguas diversas, quando cada qual não aprendeu previamente o sistema de linguagem de cada um dos outros.

Por outro lado (acrescenta pouco depois), pode faltar ou ficar prejudicada a inteligibilidade entre interlocutores da mesma língua por deficiência do discurso. O que define uma língua, em face das demais, é a sua estrutura, que estabelece oposições específicas de fonemas e formas. De acordo com a estrutura, se tem uma nova língua a partir de um momento da evolução de uma língua dada (ex.: o português em face do latim) ou se distinguem num território contínuo duas ou mais línguas que são evolução de uma única língua (ex.: na Península Ibérica, a língua portuguesa, em face da língua castelhana, ou espanhola, e da língua catalã, todas provenientes do latim).

Há, entretanto, uma hierarquia nas oposições lingüísticas e são as fundamentais, ou primárias, que definem essencialmente uma língua em face das demais línguas. As oposições superficiais, ou secundárias, criam dentro de uma língua as divisões chamadas falares, que por sua vez são agrupáveis em dialetos. Daí, o conceito de língua regional, ou falar, e língua comum, que abrange todos os falares na base de um sistema de oposições lingüísticas fundamentais. Na língua comum, ou língua nacional, isto é, comum a toda uma nação, tende a constituir-se, a partir de certo estágio de civilização, uma modalidade de seu uso, dita língua culta, que serve para as comunicações mais elaboradas da vida social e para as atividades superiores do espírito. Superpõe-se à língua cotidiana, e de-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

la se distingue principalmente – a) pela maior nitidez e constância na fonação, b) pela maior coerência e fixidez nas formas gramaticais, c) pela maior riqueza e sutileza do léxico. É na base da língua culta que se constitui a língua escrita, cuja mais alta expressão é a modalidade empregada na Literatura, e chamada LÍNGUA LITERÁRIA. A língua cotidiana, por sua vez, apresenta gradações, que vão até à língua popular, caracterizada pelos vulgarismos, e até à gíria. (CÂMARA JR., 1986, 158-159)

LINGÜÍSTICA NÃO É FILOLOGIA

Linguística é o estudo da linguagem humana considerada na base da sua manifestação como língua. Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos lingüísticos para depreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da faculdade da linguagem entre os homens – a) numa dada língua, b) numa família ou bloco de línguas, c) nas línguas em geral (cf. CÂMARA JR., 1986, 159)

Continuando, no mesmo verbete “Linguística”, acrescenta Mattoso:

A Linguística é uma ciência recente, pois data do século XIX o estudo científico e desinteressado dos fenômenos lingüísticos. A princípio, concentrava-se nos fenômenos de mudança lingüística através do tempo como Linguística Comparativa, especialmente indo-européia, baseada na técnica do comparativismo. Hoje alargou-se-lhe o âmbito, distinguindo-se, ao lado do estudo histórico (Linguística Diacrônica), o estudo descritivo (Linguística Sincrônica), porque “a fixidez aparente da língua, sendo uma realidade social, é que a permite funcionar nos grupos humanos como meio essencial de comunicação e esteio de toda a vida mental – individual e coletiva” (CÂMARA JR., 1977, 39-40). (CÂMARA JR., 1986, 160)

LITERATURA E A LÍNGUA ESTUDADA NA FILOLOGIA

Para Mattoso Câmara, Literatura é a manifestação de língua escrita feita para o público geral de leitores ou, em sentido restrito, a aplicação da linguagem com objetivo artístico, poético. (Cf. CÂMARA JR., 1986, 161)

Neste sentido, transcende do conceito de “letra” (latim *littera*) e pode ser oral ou escrita, ou antes, cria-se como atividade estética oral, que se encontra sempre nas sociedades ágrafas sob o aspecto de hinos religiosos, cantos guerreiros, fábulas, mitos, cantigas de roda e acalanto, adágios, etc., e continua como parte do folclore nas sociedades que possuem língua escrita e uma literatura escrita inteiramente desenvolvida da literatura oral primitiva ou, em maior ou menor parte, inspirada na literatura escrita de outro povo. A distinção entre – a) literatura oral, e – b) literatura escrita, nos povos de cultura mais elaborada, ditos “civilizados”, tem certa correspondência, mas não absoluta, entre – a) literatura popular, e – b) literatura culta, conforme se trata – a) de composições despreziosas, às vezes anônimas, para entretenimento das camadas populares, ou – b) de obras complexas, com intenções cultas superiores. Assim, no nordeste brasileiro, há uma literatura popular, que é em princípio oral, criada pelos chamados “cantadores” com uma tradição literária própria (cf. MOTA, 1978).

A língua empregada na Literatura tem o nome de língua literária, e diverge em seu conceito, segundo o sentido lato ou sentido rigoroso que se dá ao termo literatura. No primeiro sentido, é uma língua escrita submetida a uma norma escrita, que é estudada, explicada e interpretada na Filologia. No segundo sentido, é a língua poética, isto é, a língua a serviço da criação estética, utilizando sistematicamente recursos estilísticos e convenções próprias de objetivo artístico; esses recursos e convenções variam de época para época e caracterizam os grupos de literatos associados entre si por uma comunidade de ideais estéticos sob o nome de escolas literárias, muitas vezes abrangendo vários povos de línguas diferentes e superpondo-se às diferenças de língua nacional.

Quando dois ou mais povos têm a mesma língua nacional, a língua literária, num e noutro sentido, se diversifica um tanto de povo para povo, como acontece na língua literária entre Portugal e o Brasil. Uma das peculiaridades da língua literária, aplicada à atividade poética, é poder ser arcaizante, isto é, lançar mão, para os seus fins especiais, do arcaísmo.

A PESQUISA FILOLÓGICA NO BRASIL

Quanto à pesquisa filológica no passado, disse Mattoso Câmara, em comunicação apresentada em setembro de 1966 em Cambridge e em Nova York:

É digno de nota que, recorrendo embora quase exclusivamente à língua de literatura para estabelecer uma norma lingüística e a teoria gramatical, os *scholars* brasileiros do passado não desenvolveram paralelamente com afinco a pesquisa filológica dos textos literários.

Em referência ao estabelecimento crítico dos textos, que eram assim continuamente invocados, reinava a maior displicência. (CÂMARA JR., 1972, 206)

Quanto à pesquisa filológica no presente, na década de 60, a situação é francamente promissora (CÂMARA JR., 1972, 217-219):

A importância da exatidão dos textos antigos passou a ser muito melhor compreendida e valorizada. Estendeu-se até à interpretação crítica dos textos medievais e dos velhos códices.

Uma grande figura nesta última atividade foi Serafim da Silva Neto. Deu-nos uma edição crítica de um pequeno livro de André de Resende, que descobriu na nossa Biblioteca nacional e dedicou-se aos manuscritos da Idade Média portuguesa com competência e entusiasmo. Quando morreu prematuramente em 1961 estava a braços com um grande empreendimento nesse sentido: uma edição crítica de *A Bíblia medieval portuguesa*, nome sob o qual ele colocava os variados e parciais textos bíblicos em traduções do português arcaico. Foi, ao mesmo tempo, um doutrinador da boa técnica filológica, especialmente com um Guia sobre os *Textos medievais portugueses e seus problemas* (SILVA NETO, 1956).

De geração muito anterior, o Padre Augusto Magne deu afinal uma edição crítica da *Demanda do Santo Graal*, segundo um manuscrito existente na Biblioteca Real de Viena, que ele leu e interpretou na íntegra. O texto, constante do segundo volume, é antes uma versão que num ou noutro ponto caprichosamente se afasta do original; mas em seguida veio uma nova edição rigorosamente fiel às folhas do códice, que são fotostaticamente reproduzidas ao lado de cada página com a leitura crítica (MAGNE, 1955).

Ainda neste âmbito, merecem especial menção os trabalhos de Celso Cunha sobre cantigas de trovadores medievais. São novas edições críticas na base de anteriores, que são cuidadosamente pesadas e cotejadas, com novas soluções de muitos problemas de leitura e um valioso aparato crítico (CUNHA, 1949, 1956).

Do ponto de vista especificamente brasileiro, entretanto, tem maior significação a aplicação da boa técnica filológica aos textos da literatura

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

brasileira, cujas edições no passado vimos muito deixarem a desejar. Aí se destacou Sousa da Silveira, em continuação de uma atividade em que já se tinha salientado antes. A sua edição crítica das obras de Casimiro de Abreu (SILVEIRA, 1940) vale como um modelo nesse particular. Gladstone Chaves de Melo, ligado profissionalmente a Sousa da Silveira e ao Padre Magne, fez por sua vez uma edição crítica de *Iracema* de José de Alencar, com um estudo complementar sobre a posição de Alencar na questão da língua literária nacional (MELO, 1948).

Um grande propulsor da pesquisa filológica foi o Instituto Nacional do Livro, como departamento cultural do Ministério da Educação e confiado desde a sua criação à direção de Augusto Meyer. O Instituto patrocinou um grande número de edições críticas, particularmente de obras da literatura brasileira, e apoiou o trabalho de uma comissão para uma publicação modelar da obra de Machado de Assis, em que já saiu o *Brás Cubas*. É parte do trabalho dessa Comissão a monografia de Antonio Houaiss, traçando normas e critérios para a publicação cogitada (HOUAISS, 1959).

O clima que assim se criou, favoreceu empreendimentos de editoras particulares no mesmo sentido, e tivemos já edições críticas de vários autores brasileiros sob a responsabilidade de certos *scholars* de prestígio. Nem sempre, porém, os resultados têm sido impecáveis. O aparelhamento técnico defeituoso de nossas tipografias, sem corpo de revisores e com operários muitas vezes incipientes, propicia os erros tipográficos, que não raro mareiam essas edições e nos tiram a confiança integral no texto.

Por outro lado, há certos problemas cujas soluções em geral recebidas nem sempre são satisfatórias. O preparador do texto considera com demasiada liberdade a questão da virgulação, adotando um critério rígido, baseado no uso corrente mas muitas vezes em discrepância com as intenções do autor, que passa a ser corrigido e portanto falseado. A uniformização da grafia é outro assunto que leva a infidelidades; a forma escrita tem muitas vezes implicações estilísticas e gramaticais, que a redução à ortografia atual suprime indevidamente. Outra questão digna de atenção é o uso dos diacríticos, a interpretação da prosódia do autor em palavras de acentuação controvertida e o vexatório problema da acentuação da partícula *a*, em que através da nossa literatura tem reinado ora a discordância heterodoxa com a disciplina gramatical, como em Alencar, ora a hesitação e a incoerência, como deve ser o caso de Martins Pena.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

CONCLUSÃO

Filologia é uma disciplina que já teve uma abrangência extremamente ampla, no período em que todos os estudos lingüísticos se fundamentavam nos textos, sem qualquer atenção à língua oral ou popular.

Mas, ainda hoje, não é possível estudar seriamente a língua literária e as fases arcaicas de qualquer língua sem o auxílio da Filologia: o estudo da língua literária é matéria filológica.

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

———. *Princípios de Lingüística Geral*: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

———. *Dicionário de Lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

———. *História da Lingüística*. 4ª ed. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1986-a.

CUNHA, Celso Ferreira da. *O cancioneiro de Joan Zorro*. Rio de Janeiro, 1949.

———. *O cancioneiro de Martin Codax*. Rio de Janeiro, 1956.

HOUAISS, Antonio. Introdução ao texto crítico das Memórias Póstumas de Brás Cubas de Machado de Assis. *IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*. Bahia, 1959.

MAGNE, Augusto. *A demanda do Santo Graal*. Reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena. Rio de Janeiro, 1955.

MELO, Gladstone Chaves de. Apêndice, introdução e notas. In ALENCAR, José de. *Iracema (Lenda do Ceará)*. Rio de Janeiro, 1948.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

MOTA, Leonardo. *Cantadores*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. (A 1ª ed. é de 1921).

SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

SILVEIRA, Souza da. *Obras completas de Casimiro de Abreu*. Organização, apuração do texto, esboço biográfico e notas por... Rio de Janeiro, 1940.

VANDRYES, J. Les Tâches de la Linguistique Statique. *Journal de Psychologie*, numéro exceptionnel. Paris, 1933.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. 3ª ed., comemorativa do centenário do nascimento do autor. Enriquecida com notas do autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959. (A edição de 1926 é a 2ª e saiu pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Em 1966, a terceira edição foi reimpressa, modificando-se apenas a capa, onde indicou tratar-se da quarta edição).